



FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO – FAPESP

CNPJ: 43.828.151/0001-45

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Constituição, objeto social e contexto operacional

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP foi instituída pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio da Lei nº 5.918, em 18 de outubro de 1960, com personalidade jurídica de direito privado, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, tendo por finalidade o amparo à pesquisa científica e tecnológica no Estado de São Paulo.

Os recursos da Entidade são:

- Destinação mínima de um por cento da receita tributária do Estado de São Paulo, como renda de sua privativa administração, para aplicação em desenvolvimento científico e tecnológico (artigo 271, § único da Constituição do Estado de São Paulo de 1989);
- Rendas de seu patrimônio, saldos de exercícios, doações, legados, transferências intergovernamentais e direitos sobre patentes resultantes de pesquisas feitas com seu auxílio e demais receitas.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Critérios de elaboração

Elaborado em observância aos seguintes dispositivos normativos:

- a) Lei Complementar nº 101, de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;
- b) Lei nº 4.320, de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, do Estado, dos municípios e do Distrito Federal;
- c) Disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativas aos Princípios de Contabilidade, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC 16) - Resoluções CFC nº 1128 a 1137/2008, 1111/2007 e 1367/2011 (apêndices a Resolução CFC nº 750/93) e Portaria STN nº 437/2012 (M/CASP);
- d) As notas explicativas procuram ser esclarecedoras e complementares das demonstrações contábeis, de forma a torná-las convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A análise das demonstrações contábeis tem o objetivo de fornecer informações úteis aos usuários internos e externos para tomada de decisão, inclusive indicadores de posição financeira, liquidez, endividamento, execução orçamentária e de variações patrimoniais da Entidade.

a. Apresentação dos demonstrativos:

2.2.1. Balanço orçamentário

Elaborado de acordo com o artigo 102 da Lei nº 4.320/64 (anexo 12) e adequado às novas normas contábeis, evidenciando as receitas detalhadas por categoria econômica (Corrente e Capital), origem (1-Tesouro, 4 - Recursos Próprios e 5 - Recursos Vinculados do Governo Federal) e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo por insuficiência ou por excesso de arrecadação.

Estão demonstradas também as Despesas Orçamentárias por categoria econômica (Corrente e Capital), grupo de despesa (Pessoal, Custeio e Investimentos), discriminando a Dotação Inicial, Dotação Atualizada para o exercício, as Despesas Empenhadas, as Despesas Liquidadas, as Despesas Pagas e o Saldo da Dotação denominado usualmente como Economia Orçamentária.

Não houve, no período, receitas e despesas intra-orçamentárias.

São destacadas ainda, a apresentação dos anexos 1 e 2 que são os Demonstrativos de Execução dos Restos a Pagar Não Processados e Processados referentes aos exercícios findos em 2012 e 2013 com as respectivas execuções no período de 2014.

A Fundação utilizou, ainda, recursos provenientes de superávit financeiro em Balanço Patrimonial de 2013, no valor de R\$ 135.000.000 e R\$ 2.000.000 por excesso de arrecadação do exercício (recursos vinculados do Governo Federal), totalizando R\$ 137.000.000.

O déficit verificado na execução orçamentária deve-se ao fato que o Repasse Obrigatório, por determinação constitucional (artigo 271 da Constituição do Estado de São Paulo de 1989) não ser considerado como Receita Orçamentária, para não haver duplicação da receita conforme preceitua a Lei Complementar nº 101/2000. Isto se deve pela alocação dos Recursos do Tesouro do Governo do Estado, consignados na Lei do Orçamento somente na Despesa Orçamentária, gerando o desequilíbrio, não representando irregularidade (Portaria 339/2001 - MF/STN e § 1º do artigo 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal) e, utilização parcial do Superávit Financeiro em Balanço Patrimonial de 2013, no valor de R\$ 135.000.000.

Como é sabido, o Superávit Financeiro não é receita do exercício em referência, pois já o foi em exercício anterior ou anteriores, mas constituiu disponibilidade para utilização em 2014. Portanto, está detalhado no campo Saldo de Exercícios Anteriores, do Balanço Orçamentário, servindo como fonte de recursos (artigo 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei nº 4.320/64).

Para análise, são apresentados alguns quocientes:

Da execução da Receita e Despesa Orçamentária

Receita própria - fonte de recursos 004

- Receita realizada/previsão inicial da Receita:** = R\$ 70,57 milhões - R\$ 72,76 milhões = (R\$ 2,19 milhões) - indica a existência de insuficiência de arrecadação para a cobertura de despesas que em termos percentuais é de 3,01%;
- Utilização do superávit financeiro de 2013 - recursos próprios:** = R\$ 669,37 milhões. Valor utilizado para abertura de crédito adicional = R\$ 135 milhões que em termos percentuais representa 20,17% do total do superávit financeiro;
- Quociente de execução da despesa:** = diferença entre a dotação atualizada e despesa empenhada, no valor de R\$ 1,271 bilhão - R\$ 1,222 bilhão = R\$ 49 milhões, respectivamente, cuja discrepância foi de apenas 4,1% em termos percentuais;
- Quociente do resultado orçamentário - fontes de recursos 004 e 005:** = diferença entre a receita realizada e a despesa empenhada, no valor de R\$ 88,380 milhões - R\$ 223,776 milhões, indicando um déficit da execução nominal na ordem de R\$ 135,396 milhões e em termos percentuais 60,51%, coberto por superávit financeiro em balanço patrimonial de 2013.

2.2.2. Do diferimento da receita realizada - convênios e recursos próprios

A FAPESP processou o diferimento da receita do exercício, confirmado e efetivado pela Secretaria da Fazenda, de acordo com o disposto no artigo 13 do Decreto nº 60.894/2014, que estabelece normas relativas ao encerramento da execução orçamentária e financeira.

A seguir quadro demonstrativo da conta de receitas diferidas:

Descrição da conta	FR (*)	Saldo rec diferidas em 31/12/2013	Arrecadação do exercício	Saldo receitas diferidas em 31/12/2014	Receita orçamentária do exercício
Rec. de Aluguéis	4	--	150.701	150.700	1
Rec. Aplicações Financeira	4	--	73.194.977	2.624.792	70.570.185
Rec. Aplicações Financeiras	5	35.108.074	11.663.794	28.962.049	17.809.819
Rec. Transf Governo Federal	5	62.488.477	90.116.200	62.604.677	--
Rec. de Restituições	4	--	4.306.020	4.306.020	--
Receitas Diversas	4	--	7.878.764	7.878.764	--
Rec. de Alienação de Imóveis	4	52.000.276	--	52.000.276	--
TOTAIS		149.596.827	188.670.457	249.887.278	88.380.005

(*) Identificação da fonte do recurso - 4 = Recursos Próprios da Fundação 5 = Recursos do Governo Federal.

2.2.3. Balanço financeiro

Demonstra a receita e a despesa orçamentária bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes dos exercícios anteriores e os que se transferem para o exercício seguinte. A diferença entre a despesa empenhada e a realizada foi inscrito em restos a pagar não processados e a diferença entre a despesa realizada e a paga do exercício no valor de R\$ 34.482.333 inscrito em restos a pagar processados, demonstrando os valores não liquidados e não pagos, como receita extra orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária empenhada e realizada, em atendimento ao artigo 103 da Lei nº 4.320/64 e as práticas elencadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. A apresentação do balanço financeiro demonstra tanto a receita como a despesa orçamentária por destinação de recursos e não mais por função e grupo de despesa, mudança essa preconizada na Resolução CFC nº 1.268/09. Utilizamos o conceito de receita orçamentária ordinária para as receitas próprias e as decorrentes das transferências financeiras do Governo do Estado de São Paulo para atender as despesas realizadas na fonte de recursos do Tesouro, possuindo características de alocação livre entre a origem e aplicação de recursos e, dessa forma, atenderem a quaisquer finalidades; como vinculada, as transferências do Governo Federal em forma de convênios.

Nos recebimentos extra orçamentários estão evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, tais como consignações em folha, cauções e atendendo o disposto no § único do artigo 103 da Lei nº 4.320/64, estão computados os restos a pagar do exercício na receita extra orçamentária. Nos pagamentos extra

orçamentários estão demonstrados aqueles que não precisaram se submeter ao processo de execução orçamentária, tais como devolução de depósitos e cauções, recolhimentos de tributos e consignações e os restos a pagar inscritos em exercício(s) anterior(es) e pagos no exercício e os valores das entradas compensatórias no ativo e passivo financeiro. As disponibilidades estão representadas pelos saldos iniciais e finais das contas bancárias de movimento e nas de aplicações financeiras. O resultado financeiro do exercício de 2014 foi negativo no valor de R\$ 41.580.922, portanto, um desequilíbrio na ordem de 4,81 % em relação ao exercício de 2013. A dívida da FAPESP de curto prazo é de R\$ 39.577.788. Para cobertura da referida dívida a Entidade possui recursos financeiros próprios no montante de R\$ 631.778.665. A relação percentual entre a disponibilidade e a dívida de curto prazo é de 1,596,30%, ou seja, para cada R\$ 1,00 (um real) de dívida a Fundação dispõe de R\$ 15,96 (quinze reais e noventa e seis centavos), portanto, 15,96 vezes.

2.2.4. Demonstrações das variações patrimoniais

A apresentação do demonstrativo ressalta como medidor do quanto o serviço ofertado exigiu de alterações quantitativas e qualitativas dos elementos patrimoniais.

Estão evidenciadas as alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, com base no regime de competência, indicando o resultado patrimonial do exercício. O resultado foi apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. Como as variações patrimoniais qualitativas são decorrentes de transações que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio, apresentamos de forma separada. Imputamos como variações qualitativas as despesas de capital, com a aplicação em investimentos e inversões financeiras. O resultado patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 apresenta déficit econômico de R\$ 44.095.059. No confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e o total das variações patrimoniais diminutivas do exercício em termos percentuais foi de 3,58% negativa. Em relação ao exercício anterior o desempenho de 2014 teve um acréscimo do resultado econômico na ordem de R\$ 87.221.829, que em termos percentuais representa uma redução de 66,42% do déficit econômico em relação ao exercício de 2013. Fatores relevantes que mais impactaram o resultado econômico:

- Aumento em R\$ 10,34 milhões dos rendimentos das aplicações financeiras em relação ao exercício anterior e em termos percentuais equivalente a um acréscimo de 16,44%, provocada pela alta das taxas de juros e o aumento do volume dos recursos financeiros aplicados;
- Aumento de gastos com a concessão de bolsas e auxílios à pesquisa em R\$ 49,93 milhões e em termos percentuais 4,53% em relação ao exercício anterior;
- Aumento nominal em R\$ 41,70 milhões do repasse financeiro pelo Governo do Estado, representando um acréscimo de 4,36% em relação a 2013;
- Aumento de R\$ 90 milhões em transferências do Governo Federal para cooperação técnica e acadêmica entre a CAPES e a FAPESP.

2.2.5. Balanço patrimonial

A FAPESP vem, gradualmente, introduzindo práticas contábeis convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pela IFAC por meio da observância às Normas Brasileiras de Contabilidade, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (M/CASP). A FAPESP está se adaptando às práticas contábeis como o reconhecimento dos princípios de contabilidade (Resolução CFC nº 1111/2007 e 1367/2011) e das informações comparativas.

O plano de contas está dividido em oito classes de contas. As quatro primeiras (de um a quatro) informam a situação do patrimônio da FAPESP. As classes cinco e seis têm as informações de natureza orçamentária e as sete e oito são consideradas as contas de compensação, onde são registrados os atos potenciais e os diversos controles. Portanto, estão evidenciadas todas as variações patrimoniais qualitativas e quantitativas com base na competência do exercício, refletindo a situação patrimonial da FAPESP no exercício findo em 31 de dezembro de 2014. No patrimônio líquido, destacamos o resultado patrimonial do período e os resultados acumulados de períodos anteriores. A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não-circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. Foram utilizados os seguintes critérios para o devido enquadramento em circulante e não-circulante nos ativos:

- a) Como circulantes bens e direitos disponíveis para realização imediata;
- b) Os que tiverem a expectativa de realização até o término do exercício seguinte;
- c) Os demais ativos classificamos como não circulantes.

Em relação aos passivos:

- a) Como circulantes os valores exigíveis até o final do exercício seguinte;
- b) Aqueles que corresponderem a valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a FAPESP foi a fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade;
- c) Os demais passivos como não circulantes.

Dessa forma, pode-se avaliar, decompor, comparar, interpretar e conhecer melhor a situação patrimonial da Entidade e; para atender ao que preceitua a Lei nº 4.320/64 no artigo 105, conferindo viés orçamentário ao balanço patrimonial, já que separa o ativo e passivo em dois grandes grupos em função da dependência ou não de autorização orçamentária para realização dos itens que os compoem, foram elaboradas de forma sintética o balanço patrimonial com todos os subsistemas contábeis, contemplando os grupos de contas do ativo e passivo financeiro, ativo e passivo permanente e saldo patrimonial, o subsistema de compensação com seus atos potenciais e o demonstrativo do superávit financeiro.

São destacados alguns índices de liquidez, endividamento e estrutura de capital para um melhor entendimento a respeito da Entidade.

Liquidez imediata

A capacidade financeira em honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo contando apenas com suas disponibilidades (recursos próprios) é de R\$ 631,78 milhões e o passivo (recursos próprios) no valor de R\$ 9,40 milhões, representando que para cada R\$ 1,00 de dívida a Fundação dispõe de R\$ 67,21, mantendo uma capacidade satisfatória de saldar suas obrigações, com folga financeira de R\$ 66,21 no exercício de 2014.

Liquidez corrente

A Fundação possui em recursos a curto prazo (ativo/passivo circulante) o valor líquido de R\$ 785,41 milhões, significando que para cada R\$ 1,00 de passivo circulante a Fundação dispõe de R\$ 20,84, mantendo uma capacidade de saldar suas obrigações de R\$ 19,84 no exercício de 2014.

Liquidez geral

A Entidade, para honrar suas exigibilidades (curto e longo prazo), conta com recursos de curto e longo prazo no montante líquido de R\$ 785,31 milhões, representando que para cada R\$ 1,00 de exigibilidade dispõe de R\$ 20,78, mantendo uma capacidade de saldar suas obrigações de R\$ 19,78 no exercício de 2014.

Endividamento geral

A FAPESP tem uma estrutura de capital, cujo índice indica 4,53% da situação patrimonial comprometida com as obrigações a curto e longo prazo, denominada de capitais de terceiros. Do total dos compromissos, 76,02% são com a folha de bolsistas e auxílio a pesquisadores.

2.2.6. Demonstração dos fluxos de caixa

Como mudança e com o objetivo de contribuir para a transparência da gestão da FAPESP para os usuários da informação contábil, foram elaboradas o referido demonstrativo pelo método direto (caixa) considerado ideal para o setor público, com base nos dados fornecidos pela gerência financeira, destacando o fluxo líquido das atividades operacionais, representado pelas receitas originárias (fonte 4 - recursos próprios e fonte 5 - recursos vinculados do Governo Federal) e das transferências financeiras do Governo do Estado (fonte 1 - Tesouro), para a correspondente cobertura dos desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento. Os desembolsos estão evidenciados por função, de acordo com a Portaria nº 42/99 (Federal), em especial a funcional 19 - Ciência e Tecnologia.

A evidenciação dos fluxos de caixa nos permite ter uma visão geral da situação das finanças da Entidade, possibilitando efetuar comparações entre ingressos e desembolsos por tipos de atividades (operacionais, de investimento e de financiamento) e avaliar as decisões de investimento e a situação presente e futura do caixa.

Atividades operacionais

O aumento da geração de caixa líquida das atividades operacionais em 2014 no valor líquido de R\$ 86,57 milhões foi influenciado pelos fatores:

- Alta da taxa de juros SELIC;
- Aumento das transferências financeiras do Governo do Estado;
- Aumento das transferências do Governo Federal.

Atividades de investimentos

A geração de caixa líquida das atividades de investimentos em 2014 descreve os recursos destinados à geração de futuros benefícios à Entidade por meio da entrada e saída de bens permanentes. Houve redução de R\$ 576,72 mil em relação ao exercício anterior em decorrência da diminuição dos pagamentos efetuados.

2.2.7. Da comparabilidade de períodos

A FAPESP está apresentando a comparabilidade dos seguintes demonstrativos:

Balanço financeiro, balanço patrimonial, demonstração das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa com o exercício anterior. A mudança de critério permite que a Entidade possa analisar o comportamento estático (vertical) e ao longo do tempo (horizontal) das flutuações positivas e negativas. Fortaleceu, ainda, a credibilidade das informações contábeis e financeiras, facilitou o acompanhamento e comparação da situação econômica, financeira e patrimonial, mostrando com clareza o desempenho da Entidade, mantendo, enfim, um fluxo de informações de qualidade. Possibilita ainda, a comparação com outras Entidades semelhantes.

3. Resumo das principais práticas contábeis

Os créditos e as obrigações estão a valores históricos até a data do fechamento do balanço.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Formado fundamentalmente por caixa em espécie e recursos alocados em conta corrente ou em aplicações financeiras, em moeda nacional. Os equivalentes a caixa são as disponibilidades bancárias à vista e investimentos em aplicações de liquidez imediata (diária) e estão registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. O saldo de caixa existente foi depositado em conta movimento.

b) Créditos no circulante

Adiantamento de férias

Formado por valores pagos no exercício de 2014 que serão baixados quando da contabilização da folha de pagamento.

Adiantamentos diversos

Formado por valores pagos em dezembro de 2014 referente aquisição de vale-refeição, alimentação e transporte, cuja utilização dar-se-á a partir da competência de 2015.

Almoxarifado

Corresponde aos bens de consumo existentes no final do exercício conforme Inventário. A avaliação é feita pelo preço médio ponderado das compras, obedecendo ao artigo 106, inciso III da Lei nº 4.320/64.

Prêmios de seguros antecipados

Valor dos seguros pagos, mas não incorridos, que beneficiarão o exercício seguinte.

Assinaturas de revistas e jornais

Valor das assinaturas de revistas e periódicos que contribuirão no exercício subsequente.

Demais Variações Patrimoniais Diminutivas (VPP) - pagas antecipadamente

Valor referente contratos de manutenção e prestação de serviços pagos antecipadamente que contribuirão no exercício seguinte.

Outros créditos a receber

Valor referente a aluguéis a receber no exercício seguinte.

c) Não circulante

Créditos a receber

Valor a receber decorrente de processo de cobrança extrajudicial, conforme acordo firmado com ex-funcionário, referente restituição de pagamentos indevidos.

Investimentos

Está demonstrado pelo custo de aquisição, acrescido das reavaliações efetuadas até o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Como se trata de imóveis que geram receitas para a Entidade, foi aplicada a depreciação no exercício de 2014.

Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição acrescido das reavaliações efetuadas até o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Foi aplicada a depreciação no exercício de 2014.

Depreciação acumulada

Foi constituída a partir de 1º de janeiro de 2010 sobre todas as contas suscetíveis de aplicação da depreciação nos ativos investimentos (imóveis locados) e imobilizado. O critério para a fixação da taxa foi a usual com base na tabela do Decreto Federal nº 3000/99 (RIR) e o método utilizado foi o linear.

Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição. Foi aplicada a amortização no exercício de 2014.

Amortização acumulada

Foi constituída a partir de 1º de janeiro de 2010, recaído sobre Sistema de Apoio a Gestão (SAGE) de propriedade da FAPESP. No exercício de 2014 foi aplicada a amortização sobre os Softwares adquiridos de terceiros. O critério para a fixação da taxa foi a estimativa de vida útil econômica do bem e uso da tabela do Decreto Federal nº 3000/99 (RIR) e o método para o cálculo do encargo foi a de quotas constantes.

d) Provisão de férias e encargos sociais

Com a finalidade de atender o princípio da competência, foi efetuado o registro contábil do direito adquirido de fruição de férias dos funcionários da Entidade e os respectivos encargos sociais (INSS e FGTS). Os valores relativos a férias devidas aos empregados (inclusive os cedidos) estão provisionados proporcionalmente ao período aquisitivo, com base na folha de pagamento.

e) Despesas com bolsas e auxílios a pesquisadores

As despesas com auxílios para pesquisa são reconhecidas quando do efetivo desembolso, coincidindo a solicitação do recurso pelo pesquisador e a respectiva liberação financeira. Já as bolsas de estudo são reconhecidas pela competência, pois são elaboradas no mês e pagas no mês subsequente.

4. Do superávit financeiro

No demonstrativo do superávit financeiro do exercício consta:

	2014	2013
Ativo financeiro	824.138.486	865.705.731
(-) Passivo Financeiro	80.546.707	81.519.703
(=) Superávit Financeiro	743.591.779	784.186.028

Evidenciação do excesso de recursos financeiros que poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais conforme preceitua o inciso I, § 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, já computado a inscrição em restos a pagar não processados no valor de R\$ 46,02 milhões.

5. Bancos conta movimento

Demonstração dos saldos das contas bancárias - conta movimento em 31 de dezembro de 2014:

	2014	2013
Banco Santander S.A.	19.403	6.853
Banco do Brasil S.A. - Siscomex - Ag. Governo	93.680	77.746
Banco do Brasil S.A. - Importação	200	200
Banco do Brasil S.A. - Ag. Lapa	192.051	88.897
Banco do Brasil S.A. - Ag. USP	231	200
TOTAL	305.565	173.896

6. Aplicações financeiras

Demonstrações dos saldos das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2014:

	2014	2013
Banco do Brasil S.A. - Fundo Convênio SABESP	3.925.616	504.758
Banco do Brasil S.A. - Fundo Convênio SEC/CONDEPHAAT	888.591	942.968
Banco do Brasil S.A. - Fundo Convênio PAPPE-PIPE III	-	9.329.872
Banco do Brasil S.A. - Fundo Convênio FUND.Mª C.S.VIDIGAL	1.572.471	1.804.803
Banco do Brasil S.A. - Fundo Convênio PRONEX II	2.455.346	4.083.006
Banco do Brasil S.A. - Fundo Convênio FAPESP/VALE	3.493.589	4.242.989
Banco do Brasil S.A. - Fundo Convênio FINESP Subvenção	77.636.655	71.527.154
Banco do Brasil S.A. - Fundo Convênio MICROSOFT	-	76.591
Banco do Brasil S.A. - Fundo Próprio	628.664.097	588.414.873
Banco do Brasil S.A. - Fundo Exclusivo - Agência Lapa	-	147.818.848
Banco do Brasil S.A. - Fundo BB - Curto Prazo	2.104.649	2.219.139
Banco do Brasil S.A. - Fundo Convênio CAPES	88.184.222	-
Banco do Brasil S.A. - Fundo Convênio PRONEX 2010	-	1.302.185
Banco do Brasil S.A. - Fundo Convênio PPP 2010	3.206.808	4.855.528
Banco do Brasil S.A. - Fundo Convênio AGILENT	683.170	1.138.794
Banco do Brasil S.A. - Fundo Convênio Boticário	420.762	-
Banco do Brasil S.A. - Fundo Convênio PP SUS 2011	2.022.181	4.378.143
Banco do Brasil S.A. - Fundo Convênio MICROSOFT 2011	2.783.210	2.655.777
Banco do Brasil S.A. - Fundo		